

ANC  
P2

## Velocidade da crise - 6 MAR 1988

### Rio de Janeiro

Mesmo que o deputado Ulysses Guimarães não consiga por em votação imediata, como desejaria, o Título IV do projeto constitucional, que definirá a organização dos poderes e o sistema de governo, está chegando a hora de decidir um dos dois temas mais polêmicos da atualidade, entrelaçado a outro de que resultará a duração dos mandatos presidenciais. As contas variam de pessoa a pessoa, com tendência crescente para o parlamentarismo impulsionado nas últimas semanas pela falência política e moral do governo e as consequências das provocações presidenciais à Constituinte, por ele apresentada como valhacouto de irresponsáveis, aplicados em desorganizar convulsionar o país.

A decisão parlamentarista que sair da Assembléia, se finalmente ela optar pelo sistema de gabinete, estará cheia de defeitos e será inarmônica em múltiplos aspectos. Isso correrá à conta da louca sistemática seguida nos trabalhos, que careciam de projeto inicial, e ao jogo de interesses presente no plenário e nas comissões, comum a todos os corpos políticos. Tais condicionantes foram gravadas nas últimas semanas, pelo açodamento com que passaram a ser votados títulos, capítulos, seções e artigos, no esforço de recuperar o largo tempo perdido e correr mais depressa que a crise.

O apego de Sarney Costa às galas e vantagens do poder é tão desmedido que não se deve abandonar a hipótese de que busque barganhar, em desespero de causa, sua

permanência por cinco anos em troca de aceitar o parlamentarismo. Teremos, nesse caso, a conspirata do presidente contra o sistema instituído, como se deu com Jango. Conclui-se, portanto, que, mesmo se houver a adoção do sistema parlamentar, o mandato do atual chefe do governo não deve ser tolerado além de quatro anos, para que seja possível alcançar em breve prazo a normalidade institucional.

Isso é tanto mais verdadeiro quanto se sabe que, ao contrário do que se costuma divulgar, no projeto em curso, o cargo presidencial estará ainda revestido de grande poder, cabendo-lhe, além do comando supremo das Forças Armadas, inúmeras prerrogativas, entre as quais, em determinadas circunstâncias, a de nomear o primeiro-ministro à revelia da Câmara, em condições de imunidade a qualquer moção de censura, se já tiver havido três delas, aprovadas ou não, na sessão legislativa em curso.

Se vencer a tese presidencialista, a questão do mandato será ainda mais importante, pois conceder a Sarney um quinquênio será uma afronta ao país, dada sua impopularidade e ineficácia ampla, geral e irrestrita. E, como sua inconformidade com a vontade geral é patente, o auge da atual crise se aproxima com extrema velocidade.

Newton Rodrigues

OLHA DE SÃO PAULO